



## O 'IMPEACHMENT' DE 2016: VOLTAMOS AO GOLPE DE 1964?<sup>1</sup>

Paulo José Krischke<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

### Resumo

Desde o "impeachment" de 2016 tem havido um debate tumultuado na análise política, no Brasil e no exterior, acerca da ameaça de um "retorno do populismo" e das semelhanças com o golpe de Estado em 1964. Este artigo apresenta indícios das complexas condições que conduziram ao golpe de 1964 no Brasil, sugerindo que houve então uma mudança no padrão geral de acumulação da economia e na reorganização das forças sociais, condições gerais ainda não estudadas adequadamente para o caso do

---

<sup>1</sup> O autor agradece os comentários dos colegas Tullo Vigevanit, Cezar De Mari e Javier Vernal, que ajudaram a aperfeiçoar este texto. Outras versões foram apresentadas no "Ciclo de Debates sobre o Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil", em 15 de março de 2018 e no Seminário da *International Gramsci Society Brasil*, na Universidade Federal de Santa Catarina em 29 de Setembro, 2018.

<sup>2</sup> Paulo J. Krischke é Mestre (MA) e Doutor (PhD) em Ciência Política pela York University (Canadá), Pesquisador Sênior do CNPq, Professor aposentado de Sociologia Política da UFSC (Santa Catarina), Professor fundador do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas dessa Universidade; autor ou co-autor dos livros, *Aprendendo a Democracia na América Latina* (EDIPUCRS, 2003); *A CNBB e o Golpe Militar de 1964* (Letras Contemporâneas/UFSC, 2012); (tradução ao inglês destes livros, pela Editora Nova Science, New York); e as obras *A Igreja e as Crises Políticas no Brasil* (Vozes, 1979); *Brasil: do "Milagre" à "Abertura"* (Cortez, 1982, 3ra. edição); *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania*, (Cortez, 1983, 4a. edição); *A Igreja nas Bases em Transição* (Co-organizador com Scott Mainwaring, coeditora LPM/CEDEC, Porto Alegre, 1986); *Ecologia, Juventude e Cultura Política* (Co-autor e Organizador, EDUFSC, 2000); *O Contrato Social: Ontem e Hoje*, (Cortez, 1988, 5a. edição); e inúmeros artigos acadêmicos e capítulos de livros, publicados no Brasil, México, Chile, Argentina, Uruguai, França, Estados Unidos e Canadá. Ministra cursos e é orientador de estudos e pesquisas nas áreas de cultura política, política comparada, sociologia da juventude, partidos e ideologias. Tem coordenado GTs na ANPOCS e em Congressos de Ciência Política em Québec, Estudos Urbanos em Ontario, também como conferencista principal em encontros da Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS), e debatido trabalhos em Congressos da Associação Brasileira de Ciência Política, Associação Brasileira de Sociologia, International Sociological Association, e outros eventos acadêmicos. Seus projetos, pesquisas, e viagens de estudo e extensão universitária têm recebido apoio especializado de agências de fomento nacionais e internacionais, como CNPq, FAPESP, CAPES, UNESCO, Fundação Ford, e outros.

Brasil atual. Isto sugere também uma revisão inicial dos debates sobre o "populismo" brasileiro, inspirada pelo conceito de "revolução passiva" de Antonio Gramsci.

**Palavras-chave:** Populismo. Golpe de Estado. Forças sociais. Regime político. Revolução passiva.

### **Introdução: nossa pergunta inicial**

Desde o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional em 2016, muitos analistas no Brasil e no exterior, compararam este processo com o golpe civil/militar de 1964, que colocou o país por mais de vinte anos sob uma ditadura do alto comando das Forças Armadas. Ver o exemplo este ano de centenas de "cursos sobre o golpe de 2016", iniciados recentemente no Brasil e no exterior, em protesto à ameaça de censura pelo Ministério de Educação do atual governo de Michel Temer (2016-2018), contra a universidade de Brasília (UnB). Tudo isso se articula com a constante persuasão de vários analistas inclusive latino-americanos, de que a democracia em muitos países da América Latina estaria permanentemente ameaçada por tentativas de retorno ao passado populista, num sentido "delegativo", que delegasse ao executivo uma certa onipotência - desrespeitando o clássico equilíbrio liberal deste com os demais poderes, legislativo e judiciário<sup>3</sup>. Sobre isto ver O'Donnell, 1989; Di Tella, 1985; Germani, 1985, que interpretam o peronismo sob a ótica da "dominação carismática" Weberiana - embora com ênfases e variações significativas, e sob a oposição também matizada, de outros analistas argentinos, seguidores de Gramsci: José Maria Aricó, 2007; Juan Carlos Portantiero e Miguel Murnis, 2011.

O populismo brasileiro tem sido definido como um regime de transição (frustrada) à democracia em que as classes populares urbanas conquistaram direitos econômicos e sociais individuais sem atingir sua representação política autônoma (Cf. Krischke, 2010; Andrade, 1975; Weffort, 1968; Cardoso, 1969). Esta definição atualiza a análise original de Weffort sobre a ambiguidade constitutiva do regime populista, enquanto simultânea "manipulação e afirmação" dos setores populares. Atualiza porque caracteriza o período dos governos populistas de 1956/1964 como uma fase no

---

<sup>3</sup> Ruy Braga (2013), com sua análise dos protestos de rua em 2014, relaciona seu estudo do "precariado" urbano (trabalhadores autônomos qualificados mas subempregados) à categoria Gramsciana de "revolução passiva" - utilizada na coletânea de análises de esquerda sobre a Era Lula (Oliveira, F; Braga, R.; et alia) 2010.

desenvolvimento dos trabalhadores brasileiros, usando os termos de Gramsci para as etapas de avanço das classes sociais subordinadas. Segundo Gramsci (1971) estas classes logram superar a compreensão apenas econômico-corporativa dos seus interesses imediatos, quando negociam sua autonomia coletiva e a moralidade pública das suas relações com outros grupos da sociedade.

Quando essa autonomia não é conquistada esses "intelectuais coletivos subalternos" podem permanecer (ou recair) numa "revolução passiva", em que a crise conjuntural pode ser encaminhada militarmente pelo bloco dominante. O conceito de "revolução passiva" é usado por GRAMSCI (1971) para caracterizar as condições de desorientação popular (subproletariado, classe média urbana e camponeses italianos) no *Risorgimento* do século XIX, ou sob o fascismo, em que predominaram as tendências à restauração monárquica ou autoritária. Dependendo das condições essa situação pode perdurar por longos períodos, como no caso da França, que se estendeu por quase 80 anos, da Revolução de 1789 à derrota da Comuna de Paris (1872) sob invasão prussiana.

Isto leva a distinguir duas fases do regime populista do pós-guerra no Brasil. A primeira quando Vargas retorna ao poder nas eleições de 1950, e instaura uma fase de populismo "difuso" que reconhece os direitos sociais individuais dos trabalhadores através da CLT, que passam a ser garantidos por intervenção do Estado. A segunda fase se inicia com as grandes greves industriais iniciadas em São Paulo em 1953 e 1957, e se propaga nos anos 1960 por todo o país. Esta última é a fase que busca alcançar a autonomia de representação dos trabalhadores através dos conselhos de fábrica -- a qual é reprimida em 1964, mas retorna com os metalúrgicos do ABC nos anos 1970 sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva.

Este procedimento supõe uma redefinição de como entender o populismo latino-americano, e mais especificamente o do Brasil -- para eventualmente ajudar a esclarecer a crise atual. Um pressuposto? geral dessa análise é que a crise brasileira (e nesta, a conceituação controversa de "populismo") podem ser vistas através de categorias sugeridas por Antonio Gramsci (1971) - como "revolução passiva", "crise de hegemonia X crise conjuntural" -- que veremos adiante.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Norberto Bobbio (1968:26) assim caracteriza o sistema interpretativo Gramsciano: (A oposição)... "entre os momentos estruturais e superestruturais como uma dualidade econômico/ético-política, necessidade/liberdade, objetividade/subjetividade (...). Para representar a diferença entre sociedade civil e

## **Etapas do populismo**

Com a derrota internacional do nazi-fascismo em 1945, iniciou no Brasil uma liberalização do regime autoritário ("Estado Novo" de 1937) e a formação de um sistema partidário mais representativo, aprovado por nova Constituinte em 1946. Este processo permitiu o retorno de Vargas em 1950, apoiado eleitoralmente na sua liderança pessoal e na instauração de direitos civis "difusos" (CLT, etc.). Com ele voltou também ao poder sua linha nacionalista, de defesa do mercado interno e dos produtos estratégicos para a defesa do país. Contudo Vargas passou a receber forte oposição no Congresso e o impasse causado pelo isolamento de sua liderança no Executivo, e as acusações que recebeu judicialmente e no Parlamento, de caudilhismo, corrupção e violência, acabaram levando ao suicídio do presidente.

Foram então criadas políticas mais claramente definidas e institucionalizadas, tanto para que houvesse acordo no interior do bloco dominante quanto para a manutenção do pacto social de controle populista. Tais políticas tomaram forma no programa comum da coalizão PSD-PTB para o governo Kubitschek-Goulart, concretizado no *Plano de Metas (1956/1960)*. Foi apenas nesse momento que o regime populista atingiu um novo e mais "harmonioso" estágio de coerência entre os setores dominantes, e estabeleceu canais mais efetivos para o controle político dos setores subordinados. Isso podia ser visto em seus efeitos no crescimento econômico e nas altas porcentagens de participação eleitoral, sindicalização e atividade grevista, entre outros indicadores. (Ver MOISÉS, 1976; MUNHÓS, 1978)

## **O acordo desenvolvimentista**

O *Plano de Metas* incluiu entre seus principais objetivos a superação dos "gargalos estruturais" da economia e o incentivo ao desenvolvimento das regiões e setores nacionais consideradas menos "desenvolvidas". Essa estratégia levou à criação

---

Estado ele usa outra dualidade: consenso/força; ética/política; persuasão/coerção; hegemonia/dominação; liderança/ditadura. É possível dizer então, com alguma simplificação, que há três elementos básicos no sistema Gramsciano: o momento econômico, que representa a estrutura material; o elemento político que representa o momento material da superestrutura (i.e. a coerção); e o momento ético, que unifica o primeiro ao segundo."

de agências governamentais autônomas para o planejamento e desenvolvimento regional, como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e a SUDAM para a região amazônica. Contudo, isso não teria sido alcançado sem uma política de conciliação nacional e internacional que coordenasse interesses que convergiam apenas momentaneamente. A lógica econômica do desenvolvimentismo estava baseada numa perspectiva estruturalista que preconizava a expansão da economia, principalmente através da abertura do crédito doméstico no contexto de uma inflação controlada. Supunha-se que essa estratégia “internalizaria” os recursos e políticas financeiras necessários para manter a economia crescendo indefinidamente.

A estratégia estava centrada numa política, já amadurecida, de substituição industrial das importações, voltada para a produção nacional de bens de capital, assegurando o processo de “autosustentação”, que se pretendia tornar imune às pressões internacionais<sup>5</sup>. Essas orientações ganharam credibilidade em nível internacional, graças aos recursos disponíveis naquele período. Havia também agências internacionais especializadas, como a CEPAL Comissão Econômica para América Latina (ECLA -- *Economic Commission for Latin America*), e outras das Nações Unidas, como a UNCTAD que preconizavam políticas desenvolvimentistas e estruturalistas similares como estratégia *bona fide* para superar o “subdesenvolvimento”.<sup>6</sup> (BENEVIDES, (1976, p. 224-233).

Um elemento político chave no novo período foi a criação pelo governo Kubitschek-Goulart de uma *administração paralela* do Executivo. A “administração paralela” foi o local onde “intelectuais” do governo e administradores públicos e privados lograram exercer conjuntamente sua liderança na gestão da economia como um todo, com autonomia quase completa em relação ao restante do bloco no poder. Sua independência foi aceita pelos poderes legislativo e judiciário, que estavam mais ligados às oligarquias regionais e a outros setores conservadores do bloco dominante. Essa estrutura paralela introduziu e implantou métodos e técnicas para o planejamento global

---

<sup>5</sup> Celso Furtado, originalmente diretor da SUDENE, foi o principal teórico brasileiro da corrente estruturalista desenvolvimentista. Sua Síntese do Plano Trienal (Presidência da República, 1963) oferece uma análise da década, afirmando, entre outras coisas, que: “ao alcançar uma fase do desenvolvimento em que o processo de formação do capital tornou-se baseado principalmente na própria capacidade interna de produção de equipamentos, o desenvolvimento da economia brasileira passou a resultar de sua própria dinâmica interna. A redução da demanda externa não ocasionaria necessariamente uma contração geral da atividade econômica, uma vez que se poderia compensar numa expansão monetária, protegendo assim o nível de renda e a taxa de investimento.” (DOSMAN, 2008 argumenta as similaridades entre os estruturalismos de Raúl Prebisch e Celso Furtado).

da economia, também negociando com o novo “sindicalismo paralelo”, através do Ministério do Trabalho, sob João Goulart.

Este movimento sindical "paralelo" surgiu e cresceu como resultado das greves de 1953 e 1957, estabelecendo seu “Pacto de Unidade e Ação” intersindical, que mais tarde se tornaria o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Por sua vez, esta organização foi criada por líderes sindicais ligados ao PTB para coordenar sua pressão sobre o governo e facilitar a mobilização conjunta dos trabalhadores. O PUI/PUA/CGT operava além dos limites das estruturas sindicais corporativistas, e conseguia mobilizar e controlar com relativa eficácia, a nova capacidade e iniciativa de ação grevista dos trabalhadores. Assim, o regime populista conseguiu criar nesse momento novos recursos institucionais e estratégicos, capazes de promover, ao menos por alguns anos, a unidade do bloco dominante e um compromisso mais eficaz e organizado com os setores ativos das classes subordinadas.

### **A reorientação transnacional da burocracia do Estado**

Desde o início da crise, com a renúncia de Jânio, setores cada vez maiores da oposição, das classes dominantes e da burocracia estatal entraram em grande atividade, conspirando e tentando encontrar uma solução para o impasse político. Ao mesmo tempo em que o regime populista enfrentava problemas que não conseguia resolver, uma nova liderança estava aparecendo entre os militares, que tinha mantido até esse momento um discreto perfil profissional, embora já estivessem se preparando ativamente para o exercício do poder; eles tinham participado cada vez mais da “administração paralela” e da difusão das doutrinas da Escola Superior de Guerra. A ESG foi fundada em 1949 e participou, em 1951, do acordo militar de Getúlio Vargas com os Estados Unidos. Foi nesse contexto que Golbery do Couto e Silva, então coronel, escreveu seu famoso livro sobre geopolítica, defendendo a “segurança hemisférica” pela associação do Brasil com os EUA.

Durante a década anterior ao colapso do populismo, a ESG treinou centenas de líderes militares e civis (especialmente profissionais liberais e líderes empresariais) que formariam a equipe central do regime militar de 1964. Esse grupo agiu de maneira decisiva, em coalizão com várias organizações que tinham influência sobre a opinião

pública: a imprensa, o Congresso e diversas instituições da sociedade civil, incluindo setores tradicionais da Igreja<sup>6</sup> (KRISCHKE, 2010). Seu objetivo era criar uma opinião pública favorável à intervenção militar e à destituição do regime populista.

Seria incorreto pensar que foi a ESG (ou qualquer outra entidade estatal ou da sociedade civil isolada) a única responsável pela preparação e implantação do golpe militar de 1964 (ou mesmo pela orientação do novo regime). Mas é verdade que os líderes centrais e os principais programas pós-1964 se originaram na ESG, que preencheu o vácuo deixado pela renúncia de Jânio e pelo fracasso do governo Goulart em reorganizar o bloco de poder. Começando em 1964, a preeminência da ESG se impôs inflexivelmente no novo regime. Um exemplo disso foi a exclusão, ao longo da década seguinte, de praticamente todos os líderes políticos tradicionais que apoiaram a deposição de João Goulart.

Nosso argumento, entretanto, é que foi toda a política populista de “administração paralela” que levou ao envolvimento crescente e ao papel preponderante da burocracia militar em certas áreas políticas cruciais. Mais de uma geração de quadros burocráticos foi preparada desde a guerra mundial por essa estratégia de intervenção tecnocrática, que buscou aumentar o poder de ingerência e controle do Estado na gestão do processo de desenvolvimento econômico, sociopolítico e cultural. É somente dentro deste contexto que se pode entender a importância da “geopolítica” militar produzida pela ideologia da ESG, posteriormente aplicada à evolução do papel do Estado no regime burocrático/autoritário pós-1964 (DREIFUSS, 1981). Esses impactos de ideologia militar no Estado resultaram de um processo de diferenciação profissional, e reorientação transnacional dentro da burocracia. Foi através de uma estratégia tecnocrática que as classes dominantes perderam seus “intelectuais” desenvolvimentistas nacionalistas, substituídos por uma nova geração de “gestores estatais” autoritários e internacionalizados.

### **Conclusões: avaliação da crise do desenvolvimentismo populista**

O segundo estágio do regime populista, da eleição de Juscelino Kubitschek à deposição de João Goulart, em 1964, viu uma expansão inicial e a decomposição final

---

<sup>6</sup>Cf. Dreifuss (1981), *passim*. IDEM

da Aliança Populista Desenvolvimentista no bloco de poder e em seu controle da esfera pública. O regime alcançou sua maior expressão nesse período, uma vez que o Estado e as classes dominantes reagiram inicialmente de maneira flexível às demandas das classes subordinadas, conseguindo assim reestruturar o pacto político dominante e seu controle da esfera política. Essas mudanças políticas coincidiram com a ampliação das políticas de industrialização, responsável pelo *boom* econômico inicial do governo Kubitschek-Goulart, juntamente com a estrita e cada vez maior associação com a penetração capitalista estrangeira. Esse período muito afluyente no ciclo econômico forneceu as bases materiais necessárias para incorporar as expectativas populares de mobilidade social e os interesses econômicos imediatos das classes dominantes.

Entretanto, no final desse período, houve uma gradual diferenciação no interior do bloco no poder. Os interesses dos empresários e burocratas nacionalistas começaram a ficar isolados devido à expansão dos interesses transnacionais da indústria de base e às contradições com os setores oligárquicos tradicionais. A economia começou a entrar em recessão e todos os diferentes interesses que compunham o projeto desenvolvimentista foram acentuados e vieram à tona. Credores e investidores internacionais começaram a pressionar contra as metas de economia autossustentada e autossuficiente propostas pelo estruturalismo desenvolvimentista. Os militares se dividiram em resposta à ascensão do movimento popular. Sua ala mais reacionária articulou uma estratégia “doutrina de segurança nacional” fortemente influenciada pela “geopolítica” da Guerra Fria.

O desenlace desse período foi marcado pela crise definitiva da "Aliança Populista Desenvolvimentista", no momento em que dois novos protagonistas, o capital internacional e a tecnocracia estatal, passaram a desempenhar papel preponderante na sociedade brasileira. Os setores nacionalistas e populistas do bloco dominante foram enfraquecidos internamente nas bases de seu controle político. Através da ação de seus setores mais ativos, as classes subordinadas atingiram os limites de seu nível organizacional econômico-corporativo, mas foram incapazes de avançar a uma nova etapa de organização autônoma. Tampouco conseguiram formular um projeto político alternativo em aliança com os setores avançados no bloco de poder. A facção nacionalista desenvolvimentista não conseguiu reestruturar sua liderança no governo e consolidar uma base social suficiente para uma nova fase de desenvolvimento

democrático. A falta de propostas democráticas viáveis abriu espaço para a intervenção político-militar dos novos setores autoritários de “segurança nacional”<sup>7</sup>

Sem dúvida, a crise política que resultou no "impeachment" de 2016 teve efeitos através de manobras atuais de *Lawfare* (utilizando artimanhas falaciosas do sistema judiciário contra os adversários políticos), daí a denúncia hoje de um golpe de Estado no Brasil ao redor do "impeachment" de 2016.

Contudo, a análise detida dos setores e forças sociais interessados na crise atual ainda está por ser feita, para que não se caia na simples desmoralização da tradição democrática, aceitando a perpetuação cínica do autoritarismo brasileiro. Em princípio podemos agora apenas sublinhar a provável continuidade entre as mudanças que estão sendo impostas ao país desde 2016, e as tendências neoliberais à internacionalização da economia e à repressão dos setores sociais subordinados, que se instalaram com o golpe militar de 1964. Isto é o que está sendo argumentado pelos defensores do "preariado" brasileiro como protagonista da rebelião de 2013: o protesto de ruas como "hegemonia ao avesso", em resistência popular ao neoliberalismo, expressão de uma "revolução passiva" ainda a ser devidamente estudada no Brasil.

Por exemplo, os protestos e manifestações massivas de 2014/2015: estudantes, trabalhadores, mulheres, grupos LGBT, e outros como o "preariado urbano e rural", MST, Movimento Passe Livre, Sem Tetos, etc. Esses são setores que somados abrangem a maioria da população brasileira, e vão muito além dos conflitos sociais, principalmente sindicais, que caracterizaram as confrontações da Guerra Fria, anteriores ao golpe de 1964. Em princípio quisemos agora apenas sublinhar a provável continuidade entre as mudanças que estão sendo impostas ao país desde a disputa acerca da legitimidade das eleições de 2014, e as tendências neoliberais à internacionalização da economia e à repressão dos setores sociais subordinados, que se instalaram no poder com o golpe militar de 1964. Os atuais estudos e pesquisas internacionais, que se multiplicam no debate sobre os fenômenos populistas e neo-clientelistas de massas, nos vários países da Europa, África, Oriente Médio e Ásia, com realização de congressos e plataformas de intercâmbio internacional atestam sobre a urgência e importância destes temas, por exemplo, SCHEDLER, Andreas. Qué es la rendición de cuentas

---

<sup>7</sup> Entre as muitas críticas da “doutrina de segurança nacional” ver a de Konder Comparato (1981), passim.

(Accountability)? México, 2018; De CLEEN, Benjamin, "Populism and Nationalism" (University of Brussels).

Estas iniciativas necessitam concentrar nos contextos nacionais de cada país estudado, para compreender a preocupação de Gramsci na distinção entre fenômenos "orgânicos" que realmente disputam a hegemonia, daqueles apenas conjunturais, que respondem a fases do ciclo inconstante do capitalismo. Isto em sua época, permitiu-lhe distinguir com clareza as diferenças assumidas pela revolução no Oriente e no Ocidente, o que hoje se impõe também, em novas especificações históricas do seu conceito de "revolução passiva".

### Referências

ANDRADE, R.C. "Perspectives in the Study of Brazilian Populism", **LARU Working Papers**, Toronto, 1977.

ARICÓ, J. M., **La Cola del Diablo. Itinerario de Gramsci en América Latina**. Siglo Veinteuno Editoras Argentinas, 2005.

BENEVIDES, M.V. **O Governo Kubitscheck, Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

----- **A UDN e o Udenismo – Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

BOBBIO, N. "Sulla Nozione di Societa Civile", **De Homine**, Roma, Nº 24-25, 1968.

BRAGA, R. "Precariado e Sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do *Call Center*", **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra: N.103, 2014.

CARDOSO, F. H. (& E. Faletto). **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1969.

CARDOSO, F. H. "Associated-Dependent Development", in Stepan, A. (*et al.*). **Authoritarian Brazil**, Yale University Press, 1973.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **El Proceso de Industrialización en América Latina**, CEPAL, Santiago, 1962.

COUTO E SILVA, G. **Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil**, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1981.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DI TELLA, T.S. "Populism and Reform in Latin America", in Véliz, C. (*et al.*), **Obstacles to Change in Latin America**, Oxford University Press, London, 1965.

DOSMAN, Edgar J. **The Life and Times of Raul Prebisch, 1901-1986**, Montreal and Kingston, McGill-Queen's University Press 2008.

DREIFUSS, R.A. **1964: A Conquista do Estado**, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1981.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**, Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

GERMANI, G. "Democracia Representativa y Clases Populares en América Latina", in A. Tourraine (& G. Germani), Eds. **América del Sur: Un Problema Nuevo**, Nueva Tierra, Barcelona, 1965.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison notebooks** (ed. by Quentin Hoare & G. Nowell-Smith), International Publishers, N. York, 1971.

KRISCHKE, P.J., **Populism and the Catholic Church. Political Crisis in Brazil, 1964**, Nova Science Publishers, New York, 2010: 83-112.

MARX, K. **Opere Filosofiche Giovanili**, Ed. Riuniti, Roma, 1963.

MÉZÁROS, I. **La Teoría de la Enajenación en Marx**, Era, México, 1978.

MOISÉS, J.A. "1953, a Greve dos 300 Mil em São Paulo", **Contraponto**, N. 1, Centro Rudes Natel, Niteroi, 1976.

O'DONNELL, G. "Democracia Delegativa?", **Novos Estudos**, CEBRAP, N.31:25-40.

OLIVEIRA, F.; Braga, R.; Rizek, C. (Orgs.), **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**, S.Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PORTANTIERO, Juan Carlos, y Miguel Murmis, **Estudios sobre los Orígenes del Peronismo**, Siglo Veintiuno Editora Argentina, 2011.

PORTELLI, H. **Gramsci et le Bloc Historique**, Presses Universitaires de France, Paris, 1972.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil, 1960**, Conselho Nacional de Economia, 1961.

-----**Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965** (Síntese), Ministério do Planejamento, 1962.

------. **Dez Anos de Política Econômica no Brasil**, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico/CEPAL, Rio de Janeiro, 1964.

STEPAN, A. **The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil**, Princeton University Press, N. Jersey, 1971.

WEFFORT, F.C. **O Populismo na Política Brasileira**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.

*Recebido em 12 de julho de 2019*

*Aprovado em 29 de julho de 2019*

*Editado em 10 de setembro de 2019*